

Intimação pessoal: privilégio inconveniente

Novély Vilanova da Silva Reis*

Se a Justiça é lenta, agora vai andar mais devagar. Na contramão da Reforma do Judiciário, o Presidente da República sancionou a Lei 10.910, de 15/07/2004, contendo dois dispositivos extravagantes.

O primeiro deles diz:

Nos processos em que atuem em razão das atribuições de seus cargos, os ocupantes dos cargos das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil serão intimados e notificados pessoalmente. (Art. 17.)

Na prática foi estendido aos procuradores federais de autarquias e de fundações públicas o privilégio da intimação pessoal atribuído aos procuradores e advogados da União (Lei 9.028, de 12/04/1995, art. 6º). Sabem o que isso significa? A expedição de inúmeros mandados para ser cumpridos por oficial de justiça nas milhões de causas propostas por ou contra essas entidades. Agora imaginem o que vai acontecer numa vara com quatro, cinco, seis, oito mil processos!

No mundo dominado pela informática, isso é um grande absurdo; um sério comprometimento da prestação jurisdicional. Não estou fazendo apologia da vulgaridade. Mas por que não instituir a intimação por meio eletrônico, como se faz nos Juizados Especiais Federais? (Lei 10.259, de 12/07/2001, art. 8º: “§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico”).

Na pior das hipóteses, dever-se-ia manter o sistema de intimação previsto no Código de Processo Civil pela “*só publicação do ato no órgão oficial*” (art. 236). Era assim, antes da Constituição de 1988, quando os procuradores da República faziam a defesa da União. Hoje, com a implantação da AGU, não mais se justifica esse privilégio inconveniente, que os mortais figurantes no processo não têm!

Aliás, nem mesmo a Lei Complementar 73/1993 obriga a intimação pessoal dos membros da AGU. Di-

zer que “as intimações e notificações serão feitas nas pessoas do Advogado da União ou ao Procurador que officie nos respectivos autos” (art. 38) *não* significa que a intimação deva ser pessoal. Ao contrário, a finalidade da norma é identificar, entre os muitos outros membros da AGU mencionados no art. 2º, § 5º, quem deve ser intimado. Se não fosse assim, não precisava a Lei 9.028/1995 ter previsto a intimação pessoal (art. 6º).

O outro inusitado dispositivo introduzido pela Lei 10.910/2004 é o art. 19, dando nova redação ao art. 3º da Lei 4.348, de 26/06/1964, que estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança:

Os representantes judiciais da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas respectivas autarquias e fundações *serão intimados pessoalmente pelo juiz*, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, das decisões judiciais em que suas autoridades administrativas figurem como coatoras, com a entrega de cópias dos documentos nelas mencionados, para eventual suspensão da decisão e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.

Antes dessa inovação, a própria autoridade coatora dava conhecimento aos órgãos da AGU de liminares, como ainda prevê o Decreto 2.839, de 06/11/1998:

Art. 4º O titular de órgão ou entidade da administração pública federal e os ordenadores de despesa que receberem notificação ou intimação judicial que implique pagamento, a qualquer título, em decorrência de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, darão dela conhecimento, no prazo de quarenta e oito horas do recebimento, aos órgãos da Advocacia-Geral da União, às procuradorias e aos departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas, para análise da sua força executória, encaminhando, na oportunidade, os elementos e as informações necessários à instrução das medidas judiciais eventualmente cabíveis.

Veja o retrocesso: agora se fazem duas intimações pessoais no mandado de segurança: uma da autoridade coatora para apresentar as informações (como prevê o art. 7º da Lei 1.533, de 31/12/1951); outra do

* Juiz Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

procurador da entidade para eventual suspensão da decisão e defesa do ato impugnado! É demais!

Ressuscitou-se o velho e complicado sistema do Código de Processo Civil de 1939 em que, no mandado de segurança, também havia duas intimações: uma do órgão coator; outra do representante judicial da entidade (art. 322)!

Se as autoridades administrativas não cumpriam o decreto presidencial que as obrigava a comunicar aos órgãos da AGU as decisões judiciais, essa providência administrativa não pode ser transferida para a Justiça. Isso certamente será mais um fator de lentidão da prestação jurisdicional.

Medidas como essas frustram o objetivo da tal Reforma do Poder Judiciário de “fazer com que a Justiça passe a decidir em tempo social e econômico tolerável”. Eu sempre disse que parte da lentidão do aparelho judiciário provém da cultura burocrática, dos métodos obsoletos de trabalho, das praxes viciosas e das tradições que resistem ao tempo.

“Faltam *juízes* ou *idéias* para a Justiça melhorar?” — perguntou José Renato Nalini em recente artigo publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*. Sem dúvida, faltam idéias; boas idéias.